

A MULHER POLICIAL BRASILEIRA NAS TRAMAS DA REDE: ENTRE OS JÁ DITOS DA MEMÓRIA, IMAGINÁRIO E RESISTÊNCIA¹

THE BRAZILIAN POLICEWOMAN IN THE WEB'S
PLOTS: BETWEEN THE ALREADY-SAID OF MEMORY,
IMAGINARY, AND RESISTANCE

Cremilton de Souza SANTANA²

Gerenice Ribeiro de Oliveira CORTES³

RESUMO

Neste estudo, objetivamos investigar o funcionamento discursivo sobre o sujeito mulher-policial inscrito em materialidades verbais e imagéticas instauradas nas mídias digitais. Para a construção do *corpus* discursivo, recortamos, diretamente da rede social *Instagram*, duas sequências discursivas (SDs) acerca da mulher na polícia. Para tanto, tomamos como base teórica a Análise de Discurso de filiação pecheuxtiana. Os gestos analíticos mostraram que a construção discursiva sobre a mulher-policial, na rede digital *Instagram*, atualiza a memória dos discursos militar e machista, circunscritos nas SDs analisadas, em que os sentidos sobre a mulher na esfera policial são afetados e constituídos de acordo com as formações imaginárias e as determinações ideológicas dos imaginários militar, machista e feminino. Ademais, os resultados apontaram que as mídias digitais podem funcionar como forma de resistência aos discursos do autoritarismo, machista e militarista, que buscam delimitar como a posição-sujeito mulher-policial se significa na história.

¹ Esta pesquisa foi realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

² Doutor em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor da Secretaria Municipal de Educação de Aracatu. *E-mail:* niltoncte@hotmail.com.

³ Doutora em Letras/Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. *E-mail:* gcortes@uesb.edu.br.

PALAVRAS-CHAVE

Mulher-policial. Discurso militar. Discurso machista. Rede social *Instagram*.

ABSTRACT

In this study, we aim to investigate the discursive functioning regarding the subject of the woman-police officer inscribed in verbal and imagetic materialities established in digital media. For the construction of the discursive corpus, we selected, directly from the social network Instagram, two discursive sequences (DSs) concerning women in the police force. To this end, we based our theoretical framework on the Discourse Analysis of Pecheut's affiliation. The analytical gestures showed that the discursive construction about the woman-police officer on the digital network Instagram updates the memory of military and sexist discourses, circumscribed in the analyzed DSs, in which the meanings about women in the police sphere are affected and constituted according to the imaginary formations and the ideological determinations of the military, sexist, and feminine imaginaries. Furthermore, the results indicated that digital media can function as a form of resistance against authoritarian, sexist, and militaristic discourses that seek to delimit how the woman-police officer subject-position is signified in history.

KEYWORDS

Woman-police officer. Military discourse. Sexist discourse. Instagram social network.

INTRODUÇÃO

A história das mulheres é marcada por delimitações dos espaços sociais, sentidos que sofrem determinações históricas do imaginário feminino de suposta fragilidade. Com isso, a ideologia que rege o discurso machista impôs barreiras para a inserção social das mulheres, sendo estas limitadas somente a lugares sociais considerados essencialmente “femininos”, remetendo ao desempenho de atribuições domésticas, bem como à ideia de que sua vocação natural seja “ser mãe e esposa”, conforme argumenta Mill (2019, p. 38).

Todavia, ao longo da história, as mulheres continuam resistindo aos sentidos que constituem o imaginário feminino apenas voltado para o cuidado do lar, participando também de embates históricos ao se oporem a ideologias que reforçam a dominação masculina. Nessa conjuntura de resistência à dominação masculina, a mulher passou a ocupar espaços, antes restritos a elas e considerados apenas masculinos, a exemplo das carreiras policiais.

Em sua obra “A dominação masculina”, o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2020) postula que a hierarquia entre homens e mulheres é perpetuada por meio da estrutura social e das relações de poder. Desse modo, para o autor,

a dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto, objetivamente concordes, eles funcionam como matriz de percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. (Bourdieu, 2020, p. 61- 62)

Na perspectiva da AD, podemos afirmar que a dominação masculina sofre determinações ideológicas que já funcionam no interdiscurso; organiza e dita as atividades produtivas e reprodutivas, delimitando o lugar social de acesso tanto do homem quanto da mulher a diferentes atividades profissionais. Dessa forma, os sentidos já inscritos na memória determinam e delimitam o espaço e lugar da mulher e do homem. Mas a memória, os sentidos e os sujeitos se movimentam e podem instaurar a equivocidade e a resistência no discurso.

Um exemplo disso, no Brasil, é o caso da emergência da mulher nas carreiras policiais, datada a partir de 12 de maio de 1955, tendo início na cidade de São Paulo, com a criação do Corpo de Policiais Femininos (Soares; Musumeci, 2005). Esse marco histórico inaugura o acesso das mulheres em uma carreira antes de exclusividade masculina, por isso também se configura como um gesto de resistência, pois rompe com os já ditos que delimitam o espaço da mulher na sociedade.

Nesse contexto, objetivamos, neste estudo, analisar o funcionamento discursivo nas mídias digitais que problematiza a construção do sujeito mulher-policial sob o jogo de forças da memória, em especial, a memória dos discursos machista e militarista, considerando as relações de poder e os efeitos de sentidos que atravessam e constituem essa trama discursiva.

No que se refere ao discurso inscrito nas mídias digitais, entendemo-lo na sua opacidade, uma vez que no digital instaura-se um jogo de embates, entremeado pela ideologia, cujos sujeitos e sentidos circulam dinamicamente pelas teias da rede, ocupando distintas posições no discurso. Em virtude disso, é na complexidade da matéria digital que se encontra o imbricamento do sujeito com as discursividades digitais, que sofrem determinações ideológicas.

Desse modo, o digital desponta como um importante fio condutor para mover os sentidos e, portanto, produz diferentes maneiras para a constituição dos sujeitos. No entanto, cabe ao analista de discurso observar as derivas desses sentidos para compreender como elas funcionam no discurso, pois é necessário entender o processo de historização dos sentidos para chegar ao processo de significação, assevera Dias (2016).

A autora acrescenta que, no percurso analítico, é essencial levar em conta a relação entre língua e história, observando seus efeitos, os quais

possibilitam a constituição dos sujeitos nas mídias digitais, a partir do funcionamento da memória nesse espaço, cuja natureza é digital.

Uma vez expostas as nossas reflexões iniciais, passamos, a seguir, para apresentarmos os aparatos teóricos e metodológicos do estudo.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O estudo ancora-se teoricamente na Análise de Discurso (AD) pecheuxiana, especificamente, mobilizamos as noções conceituais de sujeito, formação discursiva, formações imaginárias, interdiscurso, memória e resistência. Ao tomar o discurso como objeto de estudo, Pêcheux (2014a, p. 81) o define como “efeito de sentidos entre interlocutores”. Em vista disso, o funcionamento discursivo se materializa em condições de produção ocorridas a partir de uma conjuntura dada, sendo os sujeitos e os sentidos afetados por determinações ideológicas, históricas, pois são atravessados por outros discursos já inscritos na memória.

Assim, são sentidos afetados pelas determinações ideológicas das formações discursivas (FDs), cuja memória instaura a formação imaginária para a constituição do sujeito-mulher policial, pois, para Pêcheux, “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (Pêcheux, 2014a [1969], p. 82).

Com base em Pêcheux, Orlandi (2020, p. 38) argumenta que as formações imaginárias permitem aos sujeitos passarem “[...] das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”. Nesse aspecto, o que interessa à AD não são propriamente as imagens, mas as

projeções imaginárias sobre os sujeitos e seus lugares, que funcionam no discurso; tal imaginário é afetado pela ideologia e pela historicidade. Aqui, concebemos historicidade não como cronologia e nem o que se encontra fora do discurso, mas a entendemos como materialidade histórica que faz parte do processo de produção na rede de constituição dos sentidos inscrita em diversas formações discursivas, conforme assevera Orlandi (2012a).

Nessa direção, o *corpus* discursivo deste estudo foi constituído a partir de um arquivo digital, utilizando a captura de tela de perfis no *Instagram*⁴ relacionados à mulher na carreira policial. Então, recortamos duas sequências discursivas “[...] em movimentos de análise sobre a opacidade material, efetuando voltas em espiral que perpassam arquivo, *corpus*, teoria, questões” (Mittmann; Cortes, 2021, p. 292), em que os movimentos dos gestos de leitura se instauram sob a tensão do batimento descrição/interpretação, (Pêcheux, 2015).

Sob a ótica da produção de sentidos, Orlandi (2001) cita três momentos inseparáveis: o da constituição, o da formulação e o da circulação. Convém pontuar que todos os três se coadunam em par de igualdade no processo de significação, em que a constituição dos sentidos se dá no interdiscurso; a formulação está relacionada com a escrita em si – a materialidade do discurso – e a circulação. Não obstante, a autora destaca que nas discursividades contemporânea, a circulação tem seu ponto forte e, portanto, não se pode, na análise, ignorarmos como circulam os sentidos.

Segundo Dias (2018), é por meio da circulação que o discurso se formula e faz a diferença em sua produção. A estudiosa pontua ainda que o

⁴ O *Instagram* é uma rede social criada por Kevin Systrom e Mike Krieger. Sendo lançado oficialmente em outubro de 2010, ganhando aceitação popular com mais de 100 milhões de usuários já em 2012. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Instagram>. Acesso em: 28 jan. 2022.

campo digital formula, constitui e comporta nele mesmo um programa (de compartilhamento, postagens, comentários) entre outros. Desse modo, o discurso em funcionamento no espaço digital, afetado pela ideologia e pelas condições específicas de produção e de circulação, funciona sob a tensão entre o já estabilizado e a equívocidade de sentidos.

Paveau (2021) explana que a web 2.0 surgiu no limiar dos anos 2000, sendo considerada como a web das redes sociais, já que conta com características de compartilhamento multimidiático, baseando-se na interação multiagentes. Para ela, no ambiente democrático das redes sociais, o comentário on-line desponta como uma das formas de tecnodiscocurso mais assíduas na web, pois aparece em diversos espaços de escrita, a exemplo de blogs, redes sociais digitais e sites de imprensa.

Todavia, cabe ressaltar que o espaço das redes sociais é considerado um ambiente democrático, mas este é efeito da transparência da linguagem, pois as redes podem funcionar como um espaço de manipulação ideológica, tendo em vista que esse efeito de democracia não produz a inclusão social nem a digital, já que nem tudo que é acessível é acessável, pois “acessar algo” não implica necessariamente que o conteúdo seja inteligível ou compreensível, conforme elucida Dias (2013).

A seguir apresentaremos um gesto de leitura acerca do funcionamento discursivo sobre/das mulheres nas carreiras policiais materializado em publicações na rede social *Instagram*.

GESTOS ANALÍTICOS

A primeira sequência discursiva (SD1) constitui-se da imagem seguinte, com a respectiva legenda.

SD1 – Imagem de uma policial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal



Fonte: Imagem do *Instagram*⁵

Na legenda da publicação, lemos o seguinte:

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) **expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem “saias curtas” demais.** [...] O **machismo estrutural EXISTE** sim. Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais. **Calar a boca para essa aberração organizacional**, é ir contra a nossa competência, capacidade e inteligência. @cbmdf nós mulheres, estamos esperando uma resposta e providência. (Grifos nossos).

Nesse caminho analítico, a título de ilustração, a postagem da SD1 foi publicada no dia quatro de maio de 2021, sendo recortada diretamente do perfil @delegadalaryssa. Na foto, a policial militar do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBDF) aparece usando o uniforme da corporação, o

⁵ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/COdOE2kHj28/>. Acesso em 29 mar. 2022.

qual é composto por uma camisa de manga longa e saia com tamanho limite até os joelhos, ambas na cor cinza. Convém lembrar que no campo da AD, a imagem, bem como a língua, é tomada em sua opacidade, ou seja, “a questão da imagem encontra assim a análise de discurso por um outro viés: não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca [...]” (Pêcheux, 2020, p. 51).

O autor acrescenta que a imagem funciona como operadora de memória social, pois comporta nela mesma um programa de leitura. Dado o exposto, a imagem do uniforme militar feminino (SD1) determina os efeitos do espaço social ocupado pelo sujeito (Cortes, 2017). Nessa conjuntura, o uniforme militar produz efeitos de memória dos discursos machista e militarista, como os sentidos de regras impostas, rigidez disciplinar e autoritarismo, com determinações de sentidos para o corpo e padrões estéticos da mulher.

Ao passo que na materialidade verbal inscrita da SD1, de acordo com o excerto: “**Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem “saias curtas” demais [...]**” atualiza a memória do discurso filiado às FDs machista e militarista, sendo esse um discurso autoritário, conforme tipologia discursiva discutida por Orlandi (2020). Com efeito, Bourdieu (2020, p. 51) afirma que a moral feminina é aplicada sobre todos os aspectos do corpo feminino de forma contínua, sendo reforçada “através da coação quanto aos trajes ou aos penteados”, assim como indicam que as normas e condutas sociais relacionadas às mulheres persistem e são aplicadas no interior das relações sociais por meio de uma disciplina incessante.

Ao retomar Eco (1989), Oliveira (2019, p. 15) assevera que “o portador das roupas é também um portador de discurso, de história, de ideologia”.

Em virtude disso, as roupas, sob a perspectiva da AD, não são apenas tecidos cobrindo o corpo, mas carregam consigo uma carga simbólica que materializam discursos em uma rede complexa que envolvem questões estética, ideológica, sociais e histórica de uma determinada época e lugar.

Desse modo, a FD militar, determina sentidos de autoritarismo também no que tange aos uniformes, já que a construção discursiva do sujeito policial é afetada por um imaginário de sobriedade e austeridade, e tal imaginário também afeta as vestimentas que seguem um paradigma de formalidade, tendo em vista uma historicidade que estabelece relações entre o uniforme e os sentidos de profissionalismo e autoridade para este sujeito. Assim, o vestuário mais casual - considerado inadequado ao profissionalismo e eficácia do trabalho policial, conforme a FD militar, produz deslizamento de sentidos para a identidade histórica do sujeito policial, sobretudo no sujeito mulher-policial.

Afetado pela historicidade do discurso militar, o uniforme - inscrito na SD1 - materializa sentidos de deslizamento para o imaginário já em funcionamento no discurso, e assim, determina uma posição-sujeito de repúdio e críticas não somente às roupas da mulher policial, como também à sua competência profissional. Tais sentidos produzem efeitos de um controle de gênero, já que a capacidade profissional da mulher é medida e embasada no que elas vestem; são sentidos determinados pelos já ditos do interdiscurso, que impõe uma padronização dominante sobre o vestuário adequado ou inadequado no ambiente de trabalho, conforme pontua Oliveira (2019).

Ainda sobre o funcionamento do discurso militarista instaurado na SD1, Calazans (2003, p. 18) explana que

o espaço policial militar é secularmente masculino, regulado por normas e regras, com territorializações definidas através de sistemas de hierarquia, sistemas de escala de valores e sistemas de disciplinarização, herdados de um modelo militar como meio fundamental de controle social. Sistemas estes que operam com estratégias contrárias aos modos de valorização das singularidades, a processos de singularização. Visam à formatação de um modelo hegemonic.

Contudo, nessa atualização da memória dos discursos machista e militarista no ambiente digital, temos um discurso que funciona produzindo efeitos de opressão e censura à mulher policial. Orlandi (2007, p. 80) explica que “[...] a situação típica da censura traduz exatamente essa asfixia: ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado”, como inscrito no campo militar, sendo regulado por regras disciplinares e hierarquizadas.

A materialidade da SD1, exemplificada pela formulação linguística “**Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais**”, funciona pelos viéses contradiscursivos e de resistência ao discurso autoritário, marcado pelas formações discursivas machista e miliatrista, como se observa no excerto *Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsa militares de suas próprias homenagens por trajarem “saias curtas” demais*.

Para Orlandi (2007, p. 76), “a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação”. Dessa maneira, os discursos machista/militarista coadunam-se entre si e produzem efeitos de silenciamento e de censura, afetando as maneiras de se significar do sujeito mulher-policial que integram a instituição do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, pois “[...] a instituição policial se mantém,

ao longo de sua história, em torno do controle e em nome da segurança”, (Costa, 2014, p. 102).

No entanto, cabe destacar que os sentidos não são estanques: onde há censura também haverá resistência (Orlandi, 2012a). Com isso, os efeitos de censura desencadeiam uma tensão entre as formações discursivas de anuência aos discursos machista/militarista, ao funcionarem em aliança, e a de antagonismo a tais discursos, que busca romper com os entraves e preconceitos contra as lutas e conquistas das mulheres por mais igualdade e reconhecimento nas carreiras policiais.

Perante o exposto, Indursky (2015) assevera que o silêncio produzido nas práticas discursivas está imbricado com os processos ideológicos. Em síntese, na materialidade verbal “**Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF) expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem “saias curtas”**”, da SD1, funciona efeito de sentido de exclusão da mulher na corporação policial, pela censura à roupa usada por ela, ou seja, são sentidos determinados ideologicamente pela FD machista, ainda dominante nas carreiras policiais.

Consequentemente então, na SD1, os sentidos se contrapõem em uma disputa, visto que a Instituição de Corpo de Bombeiros mencionada busca, por meio da censura, do silenciamento (Orlandi, 2007) e do autoritarismo afetar a identidade do sujeito mulher-policial. O que implica pontuar que os sujeitos e sentidos não são homogêneos, mas cindidos e heterogêneos e, desse modo, estão sempre em constantes tensão e disputas.

Consoante Ribeiro (2018, p. 9) explana que o machismo é fortemente ancorado na sociedade e, nas relações de trabalho “[...] habitualmente responsabiliza a mulher por dinâmicas desiguais de poder. A estratégia

do agressor é a de desqualificar a sua vítima e, assim, justificar o seu comportamento inadequado”. No caso da SD1, a posição-sujeito de autoritarismo busca estabilizar o imaginário militar de disciplina por intermédio da relação de poder, impondo a censura às posições antagônicas a tal imaginário.

Nessa trama discursiva, a hierarquização, segundo Lagazzi (1988, p. 90), “é a formalização das relações de forças entre as pessoas, através da atribuição de lugares socialmente definidos, como nas relações de trabalho [...]. Logo, a hierarquização perpassa pelas carreiras policiais em que o superior imediato, no caso da SD1, constrói a imagem de si mesmo e na posição que ocupa de autoridade e do outro como posição de subordinação.

Apesar da aparente rigidez das estruturas de poder instituídas nas carreiras policiais, a resistência continua sendo uma força motriz na dinâmica social. Assim sendo, na materialidade linguística inscrita na legenda da SD1: “**o machismo estrutural EXISTE sim. Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais. Calar a boca para essa aberração organizacional, é ir contra a nossa competência, capacidade e inteligência**”, funciona uma posição-sujeito de resistência ao machismo estrutural, o qual produz sentidos de um sistema padronizado e estruturalizado na sociedade, que busca a perpetuação da desigualdade entre homens e mulheres.

Nessa direção, na SD1, funciona uma posição-sujeito de resistência às determinações ideológicas do discurso militarista, como também sentidos de enfrentamento ao silenciamento historicamente imposto à mulher, determinado pela ideologia do discurso machista, como inscrito na formulação linguística “**Só que agora, nós, mulheres, não aceitamos mais**”, produzindo, portanto, embates ideológicos sob a “tensão que se origina da hierarquia pré-estabelecida e a tensão que as opiniões e crenças, regras e padrões de

comportamento instauram [...]”, (Lagazzi, 1988, p. 90), como circunscrita na relação hierárquica entre o superior imediato e as policiais femininas do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Em suma, podemos dizer, com base em Pêcheux (2020), que no excerto apresentado, a memória é atualizada com desregulação, desestabilização e perturbação dos sentidos já ditos sobre a mulher e as carreiras policiais, tendo o meio digital, conforme declara Dias (2018), como espaço para a constituição da produção dos sentidos de resistência das posições-sujeito aos discursos, no caso da SD1, de resistência aos discursos das FDs machista e militarista.

Nesse cenário, as mulheres, ao ressaltarem que não aceitam mais o machismo estrutural, não apenas se inscreve uma posição-sujeito de rejeição ao machismo, opondo-se às injustiças e às opressões enfrentadas por elas na sociedade, mas também reforça o argumento de que suas habilidades e inteligência são indiscutíveis, indo de encontro à construção do imaginário feminino de (de)limitações a ambientes privados, a exemplo do doméstico, assim como de sua suposta fragilidade imposta socialmente.

Por conseguinte, o *corpus* em funcionamento na rede social *Instagram*, instaura práticas discursivas de resistência. Assim, a rede coloca em movimento os sentidos e os sujeitos, portanto, “[...] um espaço político, simbólico, como objeto não transparente, mas constituído de opacidade e incompletude”, (Cortes, 2015, p. 36), tornando-se uma rede encarregada, também, de denunciar o autoritarismo e o machismo, pois:

[...] todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. E é nesse jogo entre parafráse e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. (Orlandi, 2020, p. 34)

Logo, na SD1, funciona a polissemia, instaurando uma posição-sujeito de antagonismo e resistência aos discursos militarista e machista, tendo em vista que os processos discursivos não possuem a origem no sujeito, mas são materializados nele, pois é nesse jogo da contradição e na divisão dos sentidos que se encontra a constituição do sujeito.

Com efeito, diferentes sentidos se movimentam sobre um mesmo objeto simbólico, como é o caso da área policial. Conforme Pêcheux (2014b, p. 146-147, *grifos do autor*) pontua, “*as palavras, expressões, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam*”. Por isso, os sentidos se filiam às formações discursivas que determinam o que pode e deve ser (não)dito no discurso. Nesse processo, o funcionamento da interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos – na imbricação do complexo das formações ideológicas, com o interdiscurso – resulta no processo de identificação e contraidentificação do sujeito com uma dada FD (Pêcheux, 2014b).

Dessa maneira, ainda no que diz respeito à SD1, na materialidade verbal “**Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais**”, o uso do advérbio de negação “**não**” faz funcionar a posição-sujeito de antagonismo e resistência à formação discursiva machista, uma vez que a negação “[...] evidencia a presença do discurso-outro”, como elucida Indursky (1997, p. 213), pois, ao longo da história, as mulheres resistiram e resistem a tais discursos em meio a embates históricos e movimentos contra a dominação masculina, visto que “não há dominação sem resistência”, pontua Pêcheux (2014a, p. 281).

Ademais, há também a tomada de posição-sujeito em defesa de todas as mulheres ao incluir o pronome pessoal do caso reto “**nós**”, já que nas

lutas por igualdade entre homens e mulheres há a máxima de que “não é uma mulher que trará a emancipação do gênero, mas todas as mulheres unidas” (Carvalho, 2021, p. 22).

Dado o exposto, retomando as modalidades de tomadas de posição propostas por Pêcheux (2014b), observamos que na conjuntura das condições de produção da SD1, na formulação linguística: “**Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais**”, instaura-se a inscrição do ‘mau sujeito’, pois, por meio de uma tomada de posição de desidentificação que consiste em um distanciamento, contestação ou até mesmo uma revolta, a posição-sujeito de resistência funciona de forma antagônica ao discurso da FD machista inscrita em “CBMDF expulsou militares de suas próprias homenagens por usarem “saias curtas”, da referida SD.

Em outros termos, na SD1 faz ressoar embates ideológicos entre as posições-sujeito de anuência aos discursos machista, militarista e as de antagonismo e resistência a eles. Nesse viés, “as redes sociais, a exemplo do *Instagram*, têm sido um espaço ocupado para dar voz e visibilidade aos sujeitos que ousam se revoltar contra o discurso [...], independente de qual seja sua filiação ideológica (Santana; Cortes, 2023, p. 123).

No bojo discursivo delineado na SD1, a posição-sujeito antagônica ao machismo estrutural ocupa o lugar de porta-voz da coletividade feminina, resistindo à opressão machista e defendendo a igualdade, dignidade e direitos entre homens e mulheres. Conforme explicita Pêcheux (2014a, p. 76), a posição de porta-voz situa-se “no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado”. Dessa forma, o discurso expresso na materialidade verbal “**Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais**”, presente na SD1 e que defende os interesses coletivos

femininos, pode ser interpretado como um gesto político, constituindo uma forma de ‘dar o troco’, e também uma alternativa de ação política.

Com efeito, a posição de porta-voz e de empoderamento feminino, na SD1, é marcado pela união das mulheres na busca pelo rompimento de padrões discriminatórios, na procura por autonomia e respeito nos espaços sociais que ocupam, inclusive na esfera profissional das carreiras policiais; conforme Souza (2011), o ato de gritar dentro das condições de produção do discurso de denúncia perante o poder implica um imperativo para o sujeito se posicionar e buscar a palavra. Além disso, Modesto (2019) acrescenta que o grito é um instrumento de denúncia e de resistência em sua relação com as tensões sociais.

O empoderamento feminino, então, preconiza a inscrição das mulheres na história como protagonistas, assim como os homens, ocupando lugares de destaque social e não mais atuando apenas enquanto personagens secundárias, espaço que durante muito tempo a mulher assumiu socialmente, a exemplo de informante, mãe, esposa, entre outros.

Para Carvalho (2021), após o fim da Revolução Francesa, a voz feminina seguiu um curso ininterrupto de crescimento, e, a mulher, cada vez mais, passou a assumir lugar de destaque na sociedade. Esses marcos de evolução sobre a inserção das mulheres na história fazem ressoar reconhecimentos sobre a valorização da voz feminina e buscam romper com padrões de submissão, inscrevendo mudanças significativas social e intelectualmente ao longo do tempo, mesmo com a falta de representatividade e visibilidade feminina na história mundial do passado.

A seguir, apresentaremos a SD2, que se compõe de um recorte de cinco comentários da referida postagem da (SD1).

SD2 – Comentários instaurados na postagem da SD1

- Comentário 1 – **F.G.A “se fosse comigo eu mandava era diminuir”**
-
- Comentário 2 – **R. C. B – “curta que é bom...”**
-
- Comentário 3 – **R.C.B – “não entendi, se é padronizado desde os primórdios, porque caralhos encurtaram a saia?”**
-
- Comentário 4 – **M.S.1985** – O militar pode adulterar a farda em casa colocando-a fora do padrão e isto caracteriza **ato militar punível... Militar não tem sexo... cometeu crime é punido... não existe machismo ou feminismo...** talvez o problema é q feministas não estejam preparadas para as forças armadas e põem sua **ideologia marxista** acima de tudo mas esquece q em países de esquerda militar mulher e homem seguem regras mais rígidas d q as do brasil... aqui não há mais treinamento de tortura nas ffaa... ta muito fru fru hj em dia... parece mais **escoteiros d q militares.**
-
- Comentário 5 – **C_V** – Estou lendo aqui os comentários... tentar esclarecer: **somos regidos por regulamentos** e há mecanismos legais para cada transgressão e **não existe a previsão de expulsar por saia curta...** existe o que chamamos de procedimentos disciplinares, ... **expulsar, constranger, humilhar,** não são normatizados em lugar algum... **(Todos os grifos são nossos).**
-

Fonte: Instagram

Para Paveau (2021), os comentários on-line situam-se no campo tecnodiscursivos mais ricos da internet, constituindo em objetos de análises do discurso digital, uma vez que suas funções são múltiplas, tendo várias possibilidades de usos e ao serem produzidos de maneira on-line, fornecem opções de diálogos e debates, resultando em inovações e transformações no

ambiente digital, assim como potencializa a mobilização de embates ideológicos por meio da circulação-confronto das posições-sujeito de uma dada FD.

Nessa esteira discursiva, os comentários 1 e 2 funcionam de forma metafórica, conforme Pêcheux (2014b, p. 240), “o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos [...]). Logo, percebe-se que nos comentários citados, as posições-sujeito confrontam as FDs militar e machista, que determinam o tamanho da saia do uniforme da mulher-policial. FDs essas que carregam sentidos ideológicos de autoritarismo e dominação também sobre o corpo da mulher, o qual representa “[...] uma construção simbólica inscrita em redes de poder e resistências. Possui uma história física, estética, política, ideal e material, que se transforma nos tempos e nos espaços” (Witzel, 2014, p. 530).

Nesse bojo discursivo instaurado na internet, pode acontecer a perturbação dos sentidos, desempenhando importante função simbólica na maneira como as práticas discursivas acontecem, implicando na produção de novos sentidos, textualidades e em novos impactos de significação e de expressão na esfera virtual. Isso está particularmente relacionado com a movimentação dos sentidos e dos sujeitos, seja inscrita no espaço digital ou não, pois o discurso inscrito no digital intervém na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos intrincadamente em um jogo de forças que se instaura na “tensão contínua entre a (des)estabilização e a equivocidade de sentidos; como uma rede que enlaça, mas também possui brechas e furos que permitem os escapes e falhas” (Cortes, 2021, p. 285).

De fato, tanto na SD1 quanto na dois, a memória discursiva determina “[...] a marca do real histórico como remissão necessária ao outro exterior, quer dizer, ao real histórico como causa do fato de que nenhuma memória

pode ser um frasco sem exterior (Pêcheux, 2020, p. 48)". Nesse viés, a memória que constitui o imaginário feminino e do sujeito policial nas referidas SDs, sofre determinações das FDs machista e militarista, já que buscam estabilizar e (de)limitar como o sujeito mulher-policial deve se portar na instituição militar e na sociedade.

Convém acrescentar que a circulação do discurso, no meio digital e inscrito nas SDs um e dois, pode funcionar tanto para estabilizar os sentidos já ditos quanto para o processo de resistência a eles, em que o espaço para o comentário torna-se um cenário propício para embates ideológicos acirrados e, do mesmo modo, pode escapar dele, desviando-se por caminhos outros, conforme argumenta Mittman (2013).

Ao considerar o espaço dos comentários, que compõe as redes sociais, pondera-se que esse campo pode funcionar como forma de "resistência ou anuênciam aos discursos que circulam na rede virtual", como elucida Cortes (2017, p. 17). Isso se inscreve nos comentários de um a cinco, na SD2, tendo em vista que as condições de produção discursiva, no ambiente digital do *Instagram*, permitem a circulação de discursos com posições-sujeito seja de anuênciam aos discursos machista e militarista quanto as antagônicas, atualizam e movimentam os sentidos, instaurando a paráfrase ou a polissemia.

Ademais, é pela circulação com o compartilhamento, comentários e postagens que os sentidos ganham formas no digital. Para Mittmann (2013), essas forças tanto abrem possibilidades ao diferente quanto reforçam os muros pela manutenção dos sentidos já cristalizados na história.

Dado o exposto, as mídias digitais, a exemplo da rede social *Instagram*, funcionam enquanto espaço para a manutenção do já estabilizado na sociedade assim como podem funcionar de resistência e deslocamento de sentidos. Desse

modo, a questão do digital, na AD, encontra-se sob a perspectiva da não transparência do discurso, em que os sujeitos são atravessados pela ideologia e estão sempre em embates sob o choque da memória e da heterogeneidade das posições-sujeito, conforme instaurado nas SDs um e dois.

A formulação linguística “**não entendi, se é padronizado desde os primórdios, porque caralhos encurtaram a saia?**”, presente no comentário três, filia-se à posição-sujeito dominante nas FDs machista e militarista, pois defende a padronização do uniforme militar, com regras e condutas disciplinares impostas que não devem ser questionadas ou confrontadas. Em tais discursividades de padronização, essa “ilusão de unidade é efeito ideológico, é construção necessária do imaginário discursivo”, como assevera Orlandi (2007, p. 19).

Porquanto, tal imaginário discursivo de unidade inscrito nas SDs 1 e 2 perpassa o modo de significar da posição-sujeito mulher-policial, já que a profissão de policial é construída na memória e na história como espaço de força, disciplina e ordem. Assim, os sentidos e os sujeitos se movimentam e se constituem em FDs heterogêneas. Ao retomar Pêcheux, Orlandi (2007, p. 20) elucida que as FDs são “as diferentes regiões que recortam o interdiscurso [...] que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem sentidos diferentes”.

No bojo discursivo do comentário quatro, no excerto “**o militar pode adulterar a farda em casa colocando-a fora do padrão e isto caracteriza ato militar punível... Militar não tem sexo... cometeu crime é punido... não existe machismo ou feminismo...**” funciona a posição-sujeito machista em aliança com o discurso militarista, destacando que a modificação da farda, independente da sexualidade, é passível de

punição. Temos também uma posição-sujeito de negacionismo ao discurso machista, instaurando, ainda, a posição-sujeito de defesa dos sentidos de disciplina no discurso do militarismo.

Por fim, no comentário cinco, ao mobilizarmos gestos de leituras a partir do trecho posto a seguir “**Estou lendo aqui os comentários... tentar esclarecer: somos regidos por regulamentos e há mecanismos legais para cada transgressão e não existe a previsão de expulsar por saia curta [...], expulsar, constranger, humilhar, não são normatizados em lugar algum**” ..., inscreve-se o funcionamento da ironia ao tecer críticas ao discurso da normatização na instituição militar, pois sob a ótica discursiva, a ironia funciona na “contradição apreendida e exibida”, conforme postula Pêcheux (2014b, p. 142).

Com efeito, “o alvo da ironia é aquilo a que ela faz eco”, explica Orlandi (2012b, p. 14). Todavia, a autora elucida que esse eco não é mera repetição dos discursos já pré-construídos, mas é principalmente desconstrução do sentido construído historicamente. Desse modo, valendo da equivocidade inerente à linguagem, a posição-sujeito inscrita, no comentário cinco, ironiza e desestabiliza o discurso institucionalizado, produzindo sentidos de antagonismo às regras impostas no ambiente das carreiras militares.

Por fim, ressalta-se que a existência de procedimentos disciplinares para lidar com infrações – resultando em expulsões, constrangimentos e humilhações – não está formalmente regulamentada em nenhum documento oficial das instituições militares. Logo, nas SDs um e dois, funcionam os sentidos em fuga, termo cunhado por Orlandi (2012a) para explicar que tais sentidos estão sempre em movimento, mesmo em um único objeto simbólico, pois, nas duas sequências discursivas discutidas até aqui, instauram a

inscrição de várias posições-sujeito, emergindo efeitos de sentidos outros e relacionando-se com diversas formações discursivas, tais como as de cunho machista, militarista, de antagonismo e rejeição ao machismo.

Orlandi (2012a, p. 25) elucida que os “sentidos em fuga não são só sentidos que deslizam, [...]. Não é, tampouco, uma questão de heterogeneidade. É desmanche. Explosão que desestabiliza e produz movimento desordenado”. Nessa perspectiva, no conjunto das SDs de um a dois, a fuga segue o percurso determinado pelo viés ideológico das relações de poder e força que compõem o Corpo de Bombeiros de Polícia Militar do Distrito Federal, cujos sentidos se movimentam, sejam de anuência ou de antagonismo à memória que constitui as FDs militarista e machista, mobilizando a atualização da memória desses discursos na rede social *Instagram*.

Ainda de acordo com Orlandi (2012a), os sentidos derivam-se para além das evidências dos significados imediatos, movimentando uma multiplicidade de efeitos nos quais o silêncio trabalha fortemente e se expandem em diversas direções e diferentes formações discursivas, sendo uma espécie de eco que convive no mesmo objeto simbólico. A exemplo da profissão de policial associada simbolicamente à autoridade, à proteção da sociedade e ao cumprimento das regras legais estabelecidas em regulamentos próprios.

GESTOS DE CONCLUSÃO

Os movimentos analíticos mostraram que o sujeito mulher-policial é construído sob determinações históricas e ideológicas, as quais regem os dizeres das formações discursivas militarista e machista. Nessa trama, os sentidos sobre o sujeito mulher e seu corpo são constituídos pelo discurso autoritário que impõe normas e padrões disciplinares. Mas os sentidos

sempre escapam, a deriva é constitutiva dos discursos, e, assim, instauram-se os confrontos e a resistência na rede digital do *Instagram*.

Conforme circunscrito nas sequências discursivas de um a dois aqui pautadas, e para tantas outras que extrapolam o que fora abordado neste trabalho, é possível perceber as formações imaginárias sobre a mulher enquanto sujeito marcado pela minorização, assim como sujeito que sofre determinações históricas que visam delimitar o lugar social que a mulher deva ou não ocupar, seja ela na esfera policial ou não.

Nessa conjuntura, ao longo da história humana, os diversos dispositivos que secundarizam a importância e autonomia da mulher frente a cargos e funções, bem como sua própria existência subjugada, ratificam a necessidade de se intensificar levantes que produzam efeitos contrários e que oportunize o ecoar sempre necessário da voz feminina, como é o caso do discurso de resistência instaurado no excerto “**Só que agora, nós mulheres, não aceitamos mais. Calar a boca para essa aberração organizacional**”, da SD1. Tais posições-sujeito de resistência buscam romper com as relações de poder que fortalecem a desigualdade entre homens e mulheres.

Portanto, as esferas porosas discutidas, neste estudo, perpassam a (des) legitimação da existência da mulher enquanto sujeito histórico e simbólico que se posiciona e resiste às relações de forças que tentam silenciá-la e censurá-la, como instauradas no conjunto das SDs de um a dois.

Ademais, a resistência da/sobre a mulher na polícia inscrita na rede social *Instagram* traz ressonância de luta árdua que parece não cessar e que tende a ressoar por longos anos enquanto houver movimentos que promulgam, sob a ótica do patriarcado, a subalternização feminina, assim como a constituição do imaginário feminino de docilidade, delicadeza e fragilidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. Trad. Maria Helena Kuhner. 18^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

CALAZANS, M. E. Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 1, p. 142-150, jan./mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/NYCNT3yvSTqTwMsVwNPRRbD/?format=pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CARVALHO, D. V. **O que é feminismo?** São Paulo: Aeroplano, 2021.

CORTES, G. R. O. **Do lugar discursivo ao efeito-leitor**: a movimentação do sujeito no discurso em blogs de divulgação científica. 2015. 267f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/13933>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CORTES, G. R. O. Memória em/na rede: o discurso escravocrata em imagens digitais de babás negras no Brasil. **Recorte**, Três Corações, v. 14, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/recorte/article/view/4035/2967>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CORTES, G. R. O. O crespo nas tramas do discurso digital: entre os fios da memória, acontecimento e equivocidade. In: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (Orgs.). **Pêcheux em (dis)curso**: entre o já-dito e o novo. Uma homenagem à professora Nadia Azevedo. Vol. 2. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

COSTA, G. C. **Sentidos de milícia**: entre a lei o crime. Unicamp, Campinas, SP, 2014.

DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. **Redisco**, Vitória da Conquista, v.10, n. 2, p. 8-20, 2016. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/redisco/article/viewFile/6139/5880>. Acesso em: 5 abr. 2022.

DIAS, C. **Análise do discurso digital:** sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018.

DIAS, C. Museu da Língua Portuguesa – língua de acesso: “acessável” ou acessível? **Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 245-256, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/lettras/article/viewFile/15836/9610>. Acesso em: 13 jan. 2024.

ECO, U. O hábito fala pelo monge. In: **Psicologia do Vestir**. 3. ed. Lisboa: Assírio e Alvim, 1989.

INDURSKY, F. Políticas do esquecimento X políticas de resgate da memória. In: FLORES, Giovanna Benedetto; NECKEL, Nádia Régia Maffi; GALLO, Solange Maria Leda (org.). **Análise de discurso em rede:** cultura e mídia. Campinas: Pontes, 2015. p. 11-27.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: Unicamp, 1997.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988.

MILL, J. S. **A sujeição das mulheres**. Trad. Débora Ginza. São Paulo: Lafonte, 2019.

MITTMANN, S. e CORTES, G. R. O. Mulheres de barro, de memórias, de saberes e de saberes. In: FLORES, Giovanna, B. (org.) et al. **Análise de Discurso em rede:** cultura e mídia. Campinas, Pontes, 2021. p. 291-306.

MITTMANN, S. O conservadorismo em comentários na rede: identidade, alteridade e contradição. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M. C. L. (org.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. p. 233-248.

MODESTO, R. Gritar, denunciar, resistir: “como mulher, como negra”. In: ADORNO, G.; MODESTO, R.; FERRAÇA, M.; BENAYON, F.; ANJOS,

L.; Osthues, R. (org.). **O discurso nas fronteiras do social:** uma homenagem à Suzy Lagazzi. Campinas: Pontes, 2019. p. 111-134.

OLIVEIRA, K. B. B. **Mulheres no ambiente público:** o vestuário como forma de discurso. 138p. Dissertação (Mestrado). Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2019.

ORLANDI, E. P. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (org.). **Produção e circulação do conhecimento.** Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6^a ed. Unicamp, Campinas, SP, 2007.

ORLANDI, E. P. Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio. In: CARROZZA, Guilherme *et. al.* (org.). **Sujeito, sociedade, sentidos.** Campinas: RG Editoria, 2012a.

ORLANDI, E. P. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. **Web-Revista Discursividade**, Campo Grande, n. 09, jan./maio 2012b.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas: Pontes, 2020.

ORLANDI, E. P. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, v. 2, n. 1, p. 01-15. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/310/325>. Acesso em: 27 dez. 2023.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorenço Chacon J. filho, Manoel

Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 5^a ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. Trad. José Horta Nunes. In: ACHARD, P; DAVALLON, J; DURAND, J; PÊCHEUX, M; ORLANDI, E. P. **Papel da memória**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2020. p. 45-53.

PÊCHEUX, M. Especificidade de uma disciplina de interpretação: A Análise de Discurso na França. Tradução Solange Leda Gallo. In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso** – Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2015 [1983].

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/6339NZCVs47ykZjrkv6vPSJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 27 abr. 2022.

SANTANA, M.; CORTES, G. R. O. “Ousar se revoltar”: ativismo digital e resistência de mulheres negras no Instagram. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 17, n. 36, p. 112-126, 2023 | e-ISSN 1982-291X | ISSN 2317-3475. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/40249>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SOARES, B. M.; MUSUMECI, L. **Mulheres policiais**: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, , 2005.

SOUZA, P. Gritos e sussurros: rasgos vocais em discurso. In: RODRIGUES, Eduardo et al (orgs.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: RG Editores, 2011, p. 87-106.

WITZEL, D. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **Alfa**, São Paulo, v. 58, n. 03, 2014.

Data de recebimento: 20/12/2024

Data de aprovação: 16/07/2025